

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In. ORLANDI, Eni P. (org) [et. al.]. **Gestos de leitura: da história no discurso.** Tradução: Bethânia S. C. Mariani [et. al]. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p.55-66 (Coleção Repertórios).

*LER O ARQUIVO HOJE**

M. Pêcheux

*A história dos rastros do
homem através de seus próprios
textos permanece em grande
parte desconhecida.*

Michel de Certeau

O propósito deste texto é o de examinar o desenvolvimento atual das questões que envolvem *a análise dos discursos, textos e arquivos*, interrogando sobre as relações entre o aspecto histórico e psicológico ("linguageiro" no sentido amplo) ligado à leitura de arquivos, o aspecto matemático e informático ligado ao tratamento dos documentos textuais e o avanço das pesquisas em lingüística formal.

A evolução, manifestamente bastante rápida, da pesquisa em lingüística sobre estas questões, assim como a retomada do interesse pelos problemas de tratamento de textos, em particular pelo viés – culturalmente e politicamente problemático – dos "bancos de dados", estão na origem desta reflexão.

As aporias de uma semântica puramente intralingüística (ou de uma pragmática insensível às particularidades da língua), e as reflexões sobre a especificidade do arquivo textual, levam a pensar que uma pesquisa multidisciplinar é indispensável para um acesso realmente fecundo.

* Este texto foi objeto de inúmeras discussões com Bernard Conein, Jean Jacques Courtine, Françoise Gadet, Jacques Guilhaumou, Claudine Haroche, Paul Henry, Mireille Lagarrigue, Jacqueline Leon, Denise Maldidier e Jean-Marie Marandin.

O discursivo informaticamente marcado sob a forma dos "dados textuais" não tem, efetivamente, a mesma relação nos procedimentos lógico-matemáticos que este outro tipo de dados, de natureza quantitativa, utilizados em economia, em demografia, em história, etc.

De forma que este domínio, o qual será conveniente aqui chamarmos do *discurso textual*, é o lugar em potencial de um confronto violentamente contraditório: a figura de Blaise Pascal, refletindo ao mesmo tempo sobre questões filosóficas e teológicas e sobre os problemas físico-matemáticos de seu tempo, é evocada de bom grado pelo humanismo contemporâneo, mas a referência a este ancestral de duplo rosto não basta para dissimular o abismo que se ampliou desde a Era Clássica entre estas *duas culturas* que a tradição escolar-universitária francesa designa respectivamente como a "literária" e a "científica".

Ao longo de toda uma história das idéias que vai do século XVIII ao século XX (através de Auguste Comte – *A era da ciência* – e o positivismo lógico, face aos romantismos, às filosofias da história e às disciplinas de interpretação) essas duas culturas não pararam de se distanciar uma da outra, veiculando, cada uma, não somente suas esperanças e ilusões, como também suas manias e seus tabus, ignorando de uma maneira mais ou menos deliberada a própria existência da outra.

Por tradição, os profissionais da leitura de arquivos são "literatos" (historiadores, filósofos, pessoas de letras) que têm o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto¹, porque praticam cada um deles *sua* própria leitura (singular e solitária) construindo o seu mundo de arquivos.

Aliás, foi assim que – freqüentemente em torno de nomes próprios fundadores – em torno dos arquivos textuais, surgiram posições implícitas (de grupos, de escolas, e até de "igrejinhas") que se acotovelam numa relação ambígua de concorrência, de alianças parciais e de antagonismos disfarçados.

Os grandes debates memorialistas, filosóficos ou literários (tal qual ressoam no espaço ideológico e cultural francês) são os mais freqüentemente estruturados através dos confrontos sobre temas, posições ou, às vezes, sobre métodos de trabalho. Mas, mesmo neste último caso, *a questão da leitura* permaneceu quase sempre implícita: há, entretanto, fortes razões para se pensar que os conflitos explícitos remetem em surdina a clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias, de *ler o arquivo* (entendido no sentido amplo de "campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão").

Seria do maior interesse reconstruir a história deste sistema diferencial dos *gestos de leitura* subjacentes, na construção do arquivo, no acesso aos documentos e a maneira de apreendê-los, nas práticas silenciosas da leitura "espontânea" reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura: consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam estas leituras, mergulhando a "leitura literal" (enquanto apreensão-do-documento) numa "leitura" interpretativa – que já é uma escritura. Assim começaria a se constituir *um espaço polêmico das maneiras de ler*, uma descrição do "trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma".

A outra vertente da leitura de arquivo – sem a qual a primeira não existiria provavelmente como tal – tem aderências históricas completamente diferentes: trata-se deste enorme trabalho anônimo, fastidioso mas necessário, através do qual os aparelhos do poder de nossas sociedades geram a memória coletiva. Desde a Idade Média a divisão começou no meio dos clérigos, entre *alguns* deles, autorizados a ler, falar e escrever em seus nomes (logo, portadores de uma leitura e de uma obra própria) e *o conjunto de todos os outros*, cujos gestos incansavelmente repetidos (de cópia, transcrição, extração, classificação, indexação, codificação etc.) constituem também uma *leitura*, mas uma leitura impondo ao sujeito-leitor seu apagamento atrás da instituição que o emprega: o

grande número de escrivãos, copistas e "contínuos", particulares e públicos, se constituiu, através da Era Clássica e até nossos dias, sobre esta renúncia a toda pretensão de "originalidade", sobre este apagamento de si na prática silenciosa de uma leitura consagrada ao serviço de uma Igreja, de um rei, de um Estado, ou de uma empresa.

Desenvolver socialmente tais *métodos de tratamento em massa* do arquivo textual, com fins estatais ou comerciais, supunha torná-los facilmente comunicáveis, transmissíveis e reproduzíveis: as virtudes de ordem de seriedade, de limpeza e de bom caráter, relaxados desde o século XIX pela democratização do ensino (no nível "primário" e "primário-superior") encontraram aí um de seus empregos: a questão da "objetividade" dos procedimentos e dos resultados tornava-se, do mesmo modo, crucial, a ponto da referência à "ciência" (sob a forma das matemáticas, especialmente das estatísticas como "ciência dos grandes números" e da lógica matemática como teoria das línguas unívocas) se impor progressivamente como uma evidência.

As necessidades da gestão administrativa dos documentos textuais de todos os tipos fizeram, assim, na primeira metade do século XX, sua junção histórica com os projetos científicos visando a construção de línguas lógicas artificiais (a herança leibnetiziana do Círculo de Viena). A primeira onda do desenvolvimento informático das décadas de 1950 a 1970 veio confirmar esta união.

Os diferentes métodos mais ou menos sofisticados de análise textual (desde a análise de conteúdo até aos atuais sistemas de interrogação de dados) resultam dessa convergência, que não parou, desde então, de despertar o interesse dos "cientistas" pelos materiais discursivos-textuais.

Evidentemente, este divórcio cultural entre o "literário" e o "científico" a respeito da leitura de arquivo não é um simples acidente: esta oposição, bastante suspeita em si mesma por sua evidência, recobre (mascarando esta leitura de arquivos) uma divisão social do trabalho de leitura, inscrevendo-se

numa relação de dominação política: a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo "interpretações", constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento "literal" dos documentos, as ditas "interpretações"...

É esta divisão social do *trabalho da leitura* que está atualmente se reorganizando totalmente, aprofundando-se: compreende-se que, de diversos lados, os poderes "interessem-se" pelas ciências do tratamento dos textos. Sublinhar até que ponto os procedimentos "objetivos" destas se inscrevem tão facilmente numa série de efeitos burocráticos não é senão denegrir exageradamente a situação. A lógica das classificações autoriza o desvio da atividade matemática pela gestão administrativa, ou seja, pelo funcionamento de "máquinas" cuja memória é constituída exclusivamente de lembranças, listas e quadros: a palavra "IBM" está aí para nos lembrar que a informática tem, espontaneamente, parte ligada à burocracia administrativa. Isto não impede que pesquisas científicas possam ser conduzidas com o auxílio do computador, mas em *certas condições* que se tentará explicitar mais tarde, interpretando-as no campo discursivo-textual que aqui nos concerne.

Feita esta evocação, em consideração ao legítimo ponto de honra do "científico" (repugnando a idéia de ser brutalmente comparado a um burocrata!), cabe constatar que a formação na dominante "literária" dos especialistas da leitura de arquivo forneceu muitas vezes pretexto aos "cientistas" para expandir um pouco mais o fosso de incompreensão que os separa. E há fortes razões que nos levam a pensar que, no contexto da Europa da década de 1980, a tradição dos grandes praticantes do arquivo vai se encontrar numa posição cada vez mais delicada, face à proliferação previsível dos "métodos de tratamentos de textos" induzidos pela desordem informática que se prepara em nossas sociedades. A arrogância e a condescendência fóbicas dos "literatos" ameaça isolá-los mais e mais (cultural e politicamente)² face à

paciente e mordaz modéstia "utilitária" dos cientistas de arquivo, que têm o futuro diante deles.³

Logo, nos encontramos diante de uma nova divisão do trabalho de leitura, uma verdadeira reorganização social do trabalho intelectual, cujas conseqüências repercutirão diretamente sobre a relação de nossa sociedade com sua própria memória histórica.

No cerne da questão: a ambigüidade fundamental da palavra de ordem mais que centenária "aprender a ler e a escrever", que visa ao mesmo tempo a *apreensão de um sentido unívoco* inscrito nas regras escolares de uma assepsia do pensamento (as famosas "leis" semântico-pragmáticas da comunicação) e o *trabalho sobre a plurivocidade do sentido* como condição mesma de um desenvolvimento interpretativo do pensamento.⁴

Atualmente, esta ambigüidade está diretamente associada àquela que diz respeito à informática.

Certamente, a difusão maciça desta abre – sob certas condições que evocamos abaixo, concernentes à análise discursivo-textual – a possibilidade de uma *expansão* dos privilégios "literários" da leitura interpretativa em amplos setores onde (como, por exemplo, discursos políticos de uma parte, publicitários de outra, o provam suficientemente) a prática da "leitura literal" se mostra perfeitamente insuficiente.

Mas é também grande, pelo menos, a ameaça de assistir a uma *restrição* política dos privilégios da leitura interpretativa (no quadro da "reprofissionalização" do trabalho intelectual e cultural), sobretudo se o essencial do debate informático desse ponto de vista é silenciado: não considerar os procedimentos de interrogação de arquivo como um instrumento neutro e independente (um aperfeiçoamento das técnicas documentais) é se iludir sobre o efeito político e cultural que não pode deixar de resultar de uma expansão da influência das *línguas lógicas de referentes unívocos*, inscritos em novas práticas intelectuais de massa. Não faltam boas almas se dando como

missão livrar o discurso de suas ambigüidades, por um tipo de "terapêutica da linguagem" que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados. É uma das significações políticas do desígnio neopositivista esta de visar construir logicamente, com a benção de certos lingüistas, uma *semântica universal* suscetível de *regulamentar* não somente a produção e a interpretação dos enunciados científicos, tecnológicos, administrativos... mas também (um dia, por que não?) dos enunciados políticos.

Nesta medida, o risco é simplesmente o de um *policimento dos enunciados*, de uma *normalização asséptica da leitura e do pensamento*, e de um *apagamento seletivo da memória histórica*: "quando se quer liquidar os povos", escreve Milan Kundera, "se começa a lhes roubar a memória".

Nesta inquietação ecoa a observação de Georges Canguilhem:

*Inúmeros [...] são os que se interrogam sobre os manifestos de alguns círculos políticos, sobre certos métodos de psicoterapia dita comportamental, sobre os balanços de certas sociedades de informática. Eles acreditam discernir nisso a virtualidade de uma extensão programada de técnicos visando, em última análise, a normalização do pensamento.*⁵

Falar hoje no interior desta situação, tomada nos *qüiproquós* (prolongados e explorados politicamente) do divórcio cultural entre "literatos" e "cientistas", e levantar a questão da *leitura do arquivo* é então se dirigir, ao mesmo tempo, aos "literatos" e aos "cientistas".

É, em particular, dizer aos "literatos": vocês acreditam poder ficar assim à distância da adversidade que ameaça historicamente a memória e o pensamento? Acreditam poder ficar tanto tempo ainda protegidos, na casa de seu mundo de arquivo particular?

E é também dizer aos "cientistas": vocês, a quem chamam de fabricantes-utilizadores de instrumentos, vocês acreditam poder ainda por muito tempo escapar à questão de saber para que vocês servem e quem os utiliza?

É, portanto, buscar suscitar sobre este ponto as confrontações e as discussões com conhecimento de causa. Isso mudaria – em consideração à prodigiosa ignorância recíproca na qual se protege cada um a respeito do outro – aquilo de que os políticos tiram proveito tão facilmente.

Mas falar assim a uns e a outros, no entremeio, supõe especificar a posição que nós mesmos pretendemos ocupar: a presente reflexão fundamenta-se sobre o *fato teórico* que constitui a existência da língua como materialidade específica, constantemente contornada, ignorada ou recusada pelas duas culturas em divórcio que (se) dividem assim o território.⁶

Na realidade:

– A cultura "literária", por sua familiaridade mesmo com o escrito, transporta consigo evidências de leitura que atravessam a materialidade do texto, sempre tido como lingüisticamente transparente, sobretudo nos casos dos historiadores e filósofos. O caso dos poetas, romancistas, escritores etc. é profissionalmente diferente, na medida em que, não tendo necessidade da pura narração de um pensamento, estes últimos são forçados a "habitar" sua língua sem se contentarem em marcar e reconhecer nela aparições/desaparecimentos de palavras, funcionando como menções, referências ou designações. De maneira que são, freqüentemente, os poetas ou romancistas que "dão idéias" aos lingüistas. Além disso, a difusão das concepções psicanalíticas, (em particular lacanianas), favorecem, pelo menos em certos casos, este reconhecimento da materialidade da língua como constituindo o incontornável do pensamento.

– Quanto à cultura científica, ela finge por precaução "metodológica" ignorar tudo do *fato* mesmo da língua, e destina-se a tratá-la como uma materialidade qualquer. Isto não significa entretanto que esta cultura não transporte, ela também suas próprias evidências de leitura, mas ela as inscreve em outro lugar: no espaço lógico-matemático onde, outra vez, a materialidade da língua é denegada, através das ilusões da metalinguagem universal.

O fato teórico no qual se autoriza a posição aqui sustentada é portanto a *existência da lingüística*, como disciplina "de entremeio", incapaz de se dispor incondicionalmente, nem do lado dos "literatos" nem do lado dos "cientistas".

A lingüística – e antes de tudo a teoria sintática – em oposição à semântica concebida como disciplina independente tem efetivamente a ver com uma *materialidade específica de natureza formal* (e nisso, ela "ambiciona" o ideal das ciências), mas simultaneamente, esta materialidade *resiste do interior* às evidências da lógica, seja ela dita "natural" ou "matemática". A materialidade da sintaxe é realmente o objeto possível de um cálculo – e nesta medida os objetos lingüísticos e discursivos se submetem a algoritmos eventualmente informatizáveis – mas simultaneamente ela escapa daí, na medida em que, o deslize, a falha e a ambigüidade são constitutivos da língua, e é por aí que a questão do sentido surge do interior da sintaxe:

O sentido, escreve G. Canguilhem, escapa a toda redução que tenta alojá-lo numa configuração orgânica ou mecânica. As máquinas ditas inteligentes são máquinas de produzir relações entre os dados que lhes são fornecidos mas elas não estão em relação ao que o utilizador se propõe a partir das relações que elas engendram para ele. Porque o sentido é relação à, o homem pode jogar com o sentido, desviá-lo, simulá-lo, mentir, armar uma cilada (ibid., p. 16-17).

E Canguilhem deixa entender que se o homem é assim capaz de jogar sobre o sentido, é porque, por essência, a própria língua encobre esse "jogo", quer dizer, o impulso metafórico interno da discursividade, pelo qual a língua se inscreve na história.

É esta relação entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo.

Deste ponto de vista tudo, ou quase tudo, resta a ser explorado: o *fato da língua* foi, e permanece, consideravelmente subestimado em todos os projetos

de leituras de arquivo. Seja porque as leituras de arquivo "literárias" tenham acreditado quitar sua dívida no que concerne à lingüística, transportando em seu próprio campo tal e tal conceito lingüístico (por exemplo o de "estrutura", o emprestado de Saussure, ou o de "transformação", emprestado de Chomsky). Seja por que, ao contrário, os práticos "cientistas" do tratamento do texto tenham se contentado em introduzir pequenos fragmentos de análise morfológica (ou, mais raramente ainda, sintática) em seus procedimentos; mas a obsessão explícita é de transpor mais rápido os obstáculos da "língua natural", para se livrar disso em proveito de quadros estatísticos de resultados, ou de microuniversos lógicos aptos a acolher os cenários conceptuais purificados da inteligência artificial.

Nestes dois casos – e colocado de lado o efeito relativamente acidental da *citação* no caso das práticas "literárias" sobre o arquivo – a materialidade da língua desaparece. Esta materialidade não terá sido (na melhor das hipóteses) senão um meio transparente, ou (na pior) a vidraça empoeirada através da qual se incita a espreitar "as próprias coisas".

É à existência desta *materialidade da língua na discursividade do arquivo* que é urgente se consagrar: o objetivo é o de desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do lingüista ou do matemático-técnico em saber fazer valer, face aos riscos redutores do trabalho com a informática – e, logo, *também* nele – os interesses históricos, políticos e culturais levados pelas práticas de leitura de arquivo.

Logo: nem ceder às facilidades verbais da pura denúncia humanista do "computador", nem se contra-identificar ao campo da informática (o que tornaria a reforçar o projeto desta), mas tomar concretamente partido, *no nível dos conceitos e dos procedimentos*, por este trabalho do pensamento em combate com sua própria memória, que caracteriza a leitura-escritura do arquivo, sob suas diferentes modalidades ideológicas e culturais, contra tudo o que tende

hoje a apagar este trabalho. Isto supõe *também* construir procedimentos algoritmos informatizados, traduzindo, tão fielmente quanto possível, a pluralidade dos *gestos de leitura* que possam ser marcados e reconhecidos no espaço polêmico das leituras de arquivo.

É a este preço que se poderá evitar substituir questões – difíceis realmente, mas interessantes e promissoras – por "objetivos operacionais", a curto prazo relativamente fáceis de atingir mas de muito pouco interesse [...] pelo menos caso se trate de *questionar* os recursos da inteligência humana em luta com o arquivo textual, e não de *disciplinar* o exercício desta através de dispositivos (de classificações, de indexação etc.), que derivam mais da gestão administrativa e do sonho logicista de língua ideal que da pesquisa científica fundamental.

Tradução: Maria das Graças Lopes Morin do Amaral.

NOTAS

¹ Cf. sobre este ponto as observações da historiadora Régine Robin: "Para os historiadores [...] o discurso não constitui um objeto. Os textos de arquivo são fontes que permitem, por uma organização apropriada, o conhecimento do referente, das estruturas sociais. Nenhuma teoria do texto, da leitura. Sua decodificação repousa sobre o postulado da evidência, da transparência do sentido. O sentido já está lá". ("Le hors-texte dans le discours politique", *Recherches et Théories*, n° 19, p.78, Montréal, 1979.)

² Inúmeros historiadores, filósofos e gente de letras experimentam esta sensação de impotência. De diversos lados, apressa-se em declará-los "ilegíveis", fechando um pouco rapidamente as questões que eles colocaram (já no século XVII, os jesuítas se livraram dos jansenistas declarando-os "incompreensíveis"). Mas esta ruptura no regime cultural dos "literatos" é também a oportunidade de uma transformação de suas práticas, se eles não querem ser reduzidos à porção congruente, espremidos entre a fabricação de "produtos de luxo" destinados à exportação e à celebração vazia dos poderes organizados.

³ O setor literário da Escola Normal Superior (Ulm) se comoveu (e tardiamente) com esta situação nestes termos, lúcidos em seu "corporativismo": "Além da função geral de formação no rigor, a disciplina matemática apresenta uma utilidade direta, a título de instrumento, para toda uma gama de especialidades (lingüística, economia, sociologia, geografia, história, etc.) e mais geralmente para todos os pesquisadores confrontados com os problemas de análise de dados e com o tratamento informatizado de seus documentos. Mesmo se uma certa divisão de trabalho é inevitável, os pesquisadores deverão entretanto, eles próprios, dominar suficientemente o instrumento matemático para não serem totalmente submissos aos intermediários matemáticos ou aos técnicos de informática para o tratamento e organização de seus dados. Senão, é grande o risco de ver pesquisadores formados unicamente nas matemáticas assegurarem-se uma posição dominante, inclusive nos campos de pesquisa ligados às humanidades clássicas, com todos os inconvenientes que isto poderá comportar".

(*Bulletin de la Société des Amis de L'ENS*, n° 147, abril 80, p.10.)

⁴ Certas tendências atuais da psicolingüística, sustentadas sobre a interpretação dominante das teorias de Chomsky, já levantaram a ambigüidade por sua própria conta, considerando a linguagem como um "sistema de tratamento e de transformação da informação".

⁵ G. Canguilhem, *Le cerveau et la pensée*, Cours Publics de MURS, 20 de fevereiro de 1990, p.1.

⁶ Esta posição é desenvolvida e argumentada no texto recente de Françoise Gadet et Michel Pêcheux, "La langue introuvable", *Collection Théorie*, Maspero, 1981.